

**Um pedacinho de terra nem tão perdido no mar assim: uma análise da participação da Ilha de Santa Catarina na economia-mundo europeia (1747-1778)**

*A small piece of land not so lost at sea: an analysis of the participation of the Ilha de Santa Catarina in the european world-economy (1747-1778)*

José Antônio Alves<sup>1</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa é uma tentativa de iluminar a importância da participação da Ilha de Santa Catarina no processo de acumulação primitiva de capital ocorrido no centro da economia-mundo europeia. Houve aqui um enfoque no período entre os anos de 1747 e 1778. Para contar essa história foram mobilizadas as experiências de diversos agentes sociais como, por exemplo, navegadores, administradores locais e gestores do Estado português. Aos poucos uma vasta gama de disputas entre as potências colonialistas europeias pelo controle do local começou a emergir, motivada por sua importância estratégica para assegurar o domínio na região do Prata. No entanto, esse domínio não se objetivava apenas militar, já que implicava também no controle de rotas mercantes de abastecimento, pois os produtos da ilha alcançavam as vilas ao extremo sul do complexo colonial português na América e portos ao norte, mais especificamente, na Bahia e em Pernambuco. Isso quando não ganhavam espaço em todo o mercado do Atlântico sul, tal qual era o caso do azeite obtido em solo ilhéu, por meio da caça às baleias, após ser enviado para a cidade do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Economia-Mundo, Jogos das Trocas, Acumulação Primitiva, Ilha de Santa Catarina, Malhas, Redes.

**Abstract:** The present research is an attempt to shed light on the importance of the participation of the Ilha de Santa Catarina in the process of primitive accumulation of capital that took place in the center of the european world-economy. There was a focus here on the period between the years 1747 and 1778. To tell this story, the experiences of various social agents were mobilized, such as navigators, local administrators and managers of the portuguese State. Gradually, a wide range of disputes between european colonialist powers for control of the area began to emerge, motivated by its strategic importance to ensure dominance in the Prata river region. However, this domain was not intended to be just military, since it also implied the control of merchant supply routes, as the island's products reached from the villages to the extreme south of the portuguese colonial complex in America and harbors to the north, more specifically, in Bahia and Pernambuco. This when they did not gain space throughout the south Atlantic market, as was the case of the train oil obtained in the island, through whaling, after being sent to the city of Rio de Janeiro.

**Keywords:** World-Economy, Game of Barter, Primitive Accumulation, Ilha de Santa Catarina, Meshes, Nets.

---

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email: j.alves.antonio@gmail.com.

## Introdução

Em face do cenário atual da historiografia que aborda o período colonial brasileiro sabe-se que muitas das obras consagradas, algumas delas com grande impacto no processo de formação da identidade nacional, construíram para a sociedade colonial portuguesa na América um quadro bastante estático. Boa parte dos estudiosos focaram suas pesquisas entre os senhores, geralmente grandes proprietários, tanto de terras quanto de gentes, e os escravizados que se encontravam sob seu julgo. Contudo, em uma fase mais recente dos trabalhos acadêmicos que envolvem a América portuguesa essa imagem foi bastante problematizada. Graças a toda uma geração de autores como, por exemplo, Ronaldo Vainfas em *Heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial* (1995), e Laura de Mello e Souza em *Inferno Atlântico: demonologia e colonização, século XVI ao XVIII* (1993) as experiências de muitos outros agentes sociais passaram também a ser exploradas na construção historiográfica sobre o passado colonial do Brasil.

A baixa representatividade de estudos sobre sujeitos que não estavam nas camadas senhoriais ou escravizadas da sociedade colonial não era a única motriz da formação de lacunas no conhecimento historiográfico acerca do período. A maior parte dos estudos se debruçou sobre os grandes polos econômicos da colônia, como as cidades de Salvador, Rio de Janeiro, Olinda, Recife e Ouro Preto, provocando uma rarefação de pesquisas nas demais áreas do país. Muitas vezes o fato de não estarem nos eixos centrais da economia colonial, ou mesmo da economia contemporânea fez com que diversos lugares do Brasil tivessem seu passado desconsiderado ou esquecido. Nesse contexto se insere a capitania de Santa Catarina, sua Ilha e as terras continentais as quais a mesma abrangeu.

Visando contribuir para o preenchimento de lacunas no conhecimento historiográfico, no que se refere ao tempo pretérito do território catarinense atual, o intento do presente artigo é contribuir para a discussão, por meio de um *jogo de escalas*, de qual seria a posição da Ilha de Santa Catarina nos *jogos das trocas* que conformaram as *malhas das redes* da *economia-mundo* europeia entre os anos de 1747 e 1778, bem como a sua contribuição para o processo de *acumulação primitiva de capitais*.

## Fundamentação teórico-metodológica

Lidar com passados que, por vezes, passaram ao largo da historiografia tradicional brasileira – como o que aqui é pretendido – requer grande destreza do profissional que por esse campo envereda. Todavia, ampliar o conhecimento da humanidade acerca de tais questões é

uma das principais missões do historiador. Para evitar muitas das aberrações, que podem ser introduzidas pela má análise das fontes ou por facetas do lugar social dos autores, são necessárias sólidas bases teórico-metodológicas. Objetivando construir um trabalho cientificamente robusto, aqui se partirá do entendimento de um papel para o historiador em consonância com os pensamentos de Herman Paul em *Historicismo fraco: sobre hierarquias de virtudes e de metas intelectuais* (2016). Segundo o mesmo, suas ideias aproximam-se do historicismo por rejeitarem descrições de comportamentos intelectualmente virtuosos, mas que não corroboram para se atingir a meta academicamente mais importante, a compreensão. Um historiador que tem uma ótima escrita, com certeza tem uma virtude intelectual. Contudo, se essa virtude não servir como ponto de apoio para que a historiografia avance em direção a uma melhor compreensão do quadro estudado, mesmo com uma narrativa maravilhosamente bem construída, em questão de coesão e símbolos de linguagem, o texto realizado não poderá ser tido como do gênero de história acadêmica. Porém, essa proximidade com o historicismo se enfraquece ao considerar que outras metas são possíveis, desde que não em oposição à meta principal. É reconhecer, como um dado da realidade, que historiadores façam esse tipo de ligação entre as metas intelectuais com frequência<sup>2</sup>.

Metodologicamente existiu a opção de acompanhar as trajetórias de alguns personagens para conseguir lançar luz sobre o intrincado quadro das relações socioeconômicas que existiram no espaço-tempo citado. Com tal finalidade foram analisadas uma sequência de cartas trocadas, entre 1757 e 1761, por governadores, provedores da real fazenda da ilha e secretários de Estado, bem como exemplares cartográficos produzidos no século XVIII.

Esse caminho foi trilhado com base nos pilares da História Social que alicerçam obras ilustres como o livro de Edward Palmer Thompson *Senhores & Caçadores: A Origem da Lei Negra* (1987). Por manter também afinidades com as linhas mestras da Micro-História ocorre aqui a busca por tornar visível o que foi vivido pelos agentes históricos, algo “inacessível” a outras vertentes historiográficas que se ladeiam para o estruturalismo, porém, mesmo assim há, em conjunto, a proposta ressonante de identificar estruturas que estejam atuando integralmente na articulação da vida cotidiana de cada ser. A intenção é permitir o enriquecimento do conhecimento histórico, tornando a análise social mais complexa. Os alicerces da Micro-História não são antagônicos aos da já mencionada História Social, mas têm como desígnio reconsiderar e aprofundar seus conceitos para que se possa chegar aos objetivos de elucidar o

---

<sup>2</sup> PAUL, 2016, p. 40

funcionamento das sociedades por meio da compreensão das experiências dos sujeitos<sup>3</sup>. No entanto, recobre-se de importância ter em mente o fato de que nem todos os indivíduos da sociedade estudada fazem parte do grupo de análise, emergindo, assim, os limites desta abordagem. Apesar disso, ela não deixa de oferecer uma contribuição significativa e vigorosa para a historiografia que constrói o conhecimento acerca do objeto analisado<sup>4</sup>.

Quanto à cartografia estudada e produzida, pensa-se que mapas e outros símbolos culturais tornam-se uma forma de discurso contado por códigos icônicos, linguísticos, numéricos e temporais com o intento de conferir aos que os manuseiam uma forma espacial de conhecimento. Isto faz deles parte de um conjunto mais amplo de signos sócio-político-culturais a partir dos quais muitos fatores são trazidos à luz, porém outros são relegados às sombras<sup>5</sup>. Portanto, as obras cartográficas que compõem este artigo são o resultado de escolhas que pretendem realizar uma narrativa capaz de mostrar relações entre os agentes sociais estudados e o território da Ilha de Santa Catarina.

O conceito de economia-mundo, bastante caro a este trabalho, possui um funcionamento que convém explicitar. Ele é um movimento unitário que pode abarcar diversas instituições geopolíticas de macro escalas como Estados e impérios. Sua dinâmica se dá através das relações entre as áreas que o compõem, sejam elas *centrais*, *semiperiféricas* ou *periféricas*. Ou seja, as características das experiências vividas pelos agentes históricos mudam conforme estejam nessas diferentes áreas, pois as transformações sociais também têm nelas ritmos distintos. Isso implica em dizer que há um *tempo do centro*, um *tempo da relação centroperiferia*, e um *tempo da periferia*. Não se pode incorrer, porém, na forma simplista de pensar que as posições dos sujeitos e entidades políticas estão cristalizadas sob esse esquema, pois tanto as pessoas podem se deslocar como as áreas centrais, periféricas ou semiperiféricas mudarem conforme alterações conjunturais. Na zona central da economia-mundo acontece um processo mais acelerado de acumulação de capital em relação às demais áreas. Quando aqui se faz referência à acumulação primitiva está se pretendendo falar do mosaico de acontecimentos econômicos que participaram da transição entre o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista<sup>6</sup>. E é no caldo dessa panela que transcorrem as relações na Ilha de Santa Catarina no recorte enfocado nesta pesquisa. Os elementos que fazem parte desse cozido se relacionam seguindo a dança dos jogos das trocas. Essa é uma ferramenta de análise que diz respeito à circulação de mercadorias ou a

---

<sup>3</sup> REVEL, 2000:17-18

<sup>4</sup> THOMPSON, 1987: 16-17

<sup>5</sup> HARLEY, 2005: 100-112

<sup>6</sup> MORAES, 2011, p. 34-53

Um pedacinho de terra nem tão perdido no mar assim: uma análise da participação da Ilha de Santa Catarina na economia-mundo europeia (1747-1778) – José Antônio Alves

chamada economia de mercado. A materialização desse conceito ocorre nas lojas, nas feiras, nas bolsas de valores, nas atividades dos mascates, mas, também, de um sem-número de outros agentes sociais<sup>7</sup>.

Da espacialização dos jogos das trocas e das interconexões que a circulação das mercadorias promove configuram-se malhas que, por suas vezes, formatam redes de fluxo de pessoas, produtos e valores, dentre outros. O conceito, porém, não é dos mais concretos. Não existem respostas objetivas para perguntas como o quão densas devem ser as malhas de interações para que uma rede se configure ou quais os meios de comunicação que permitem manter e perpetuar as redes. No entanto, elas são fenômenos estruturais de grande poder, já que atuam fortemente na conformação dos cotidianos da humanidade, pois são capazes de exercer influências diretas mesmo sobre aqueles que não fazem parte delas. As redes e suas malhas estão sempre incrustadas em desigualdades estruturais no multifacetado diálogo entre suas áreas centrais, semiperiféricas e periféricas<sup>8</sup>.

O último dos conceitos que formam a espinha dorsal deste texto, e que precisa ser devidamente trabalhado junto ao leitor, é o jogo de escalas. Ele possibilita que se estude uma localização particular – como a Ilha de Santa Catarina – sem deixar de pensar nos eventos que a relacionam como uma vasta gama de outras escalas como, por exemplo, a nacional, a global, a trans-oceânica e muitas mais. Cada uma dessas prateleiras permite que o historiador tenha contato com diferentes dimensões da unidade de análise. “Tal como os cientistas podem optar por estudar uma floresta, uma árvore, ou as células de uma árvore sem reclamarem”, mas necessitando sempre observar que a depender da questão a ser respondida deverão acabar por privilegiar uma das escalas. É imperioso levar em consideração que o benefício desse método de análise não está em colocar uma escala como “melhor” que as demais, precisa-se, ao invés disso, operar com os diferentes níveis para viabilizar uma compreensão mais complexa das realidades sociais<sup>9</sup>.

### **A entrada da Ilha de Santa Catarina nos jogos das trocas da economia-mundo europeia**

Os contatos iniciais entre as empresas colonialistas europeias e o território da Ilha de Santa Catarina datam do primeiro quartel do século XVI. Com algumas ressalvas pode-se afirmar que uma expedição naval, liderada por Cristóvão de Haro e patrocinada pela coroa

---

<sup>7</sup> BRAUDEL, 2009, p. 09

<sup>8</sup> CONRAD, 2019, p. 156

<sup>9</sup> Ibid. p. 167-195

portuguesa, passou pela ilha no ano de 1514. Situando a região como um importante espaço na constituição das malhas mercantes da economia-mundo europeia a expedição de Juan Dias Solís, intitulado descobridor do Rio da Prata, navegou pelo litoral catarinense durante o ano de 1517. Mais adiante, porém ainda no décimo sexto século, o navegador Cabeza de Vaca aportou na região norte da Ilha de Santa Catarina, na parte entre a ilha e o continente. Ele resolveu chamar o local de *Vera* e tomou posse daquela terra em nome do rei de Espanha. Dos relatos de sua passagem por tais paragens, em meio a viagem até Assunção, são fornecidas importantes informações sobre as sociedades que ali viviam. Segundo o mesmo, parte do caminho foi percorrida ao lado de indígenas, que o acompanharam desde a Ilha de Santa Catarina<sup>10</sup>. Portanto, fica evidente que, já no início do século XVI, a Ilha de Santa Catarina era visitada por inúmeros navegadores, agentes da materialização da economia-mundo europeia, e eles tinham estabelecido contatos em busca de cooperação junto aos indígenas da região.

Os eventos acima relatados estão englobados no que se convencionou chamar de expansão ultramarina europeia. Muitos fatores podem ser elencados como motivadores de tal movimento, no entanto, conclui-se que todos eles estavam inclusos no que se entende como “carências internas da Europa ocidental”. Em maior grau elencam-se a necessidade de cereais e os baixos níveis dos estoques de metais. Ambos eram causadores dos piores temores econômicos dos Estados da época, uma balança comercial deficitária. Questões culturais como, por exemplo, o espírito de Cruzada e o gosto por aventura, além de pretensões religiosas como a expansão do cristianismo também constituíram aspectos integrantes do processo de expansão ultramarina, mesmo que em menor grau<sup>11</sup>. Embora fique nítido, por meio da ação de sujeitos como Cabeza de Vaca, que o território da Ilha de Santa Catarina era assediado por diversos corsários e reivindicado por outros reinos, alguns tratados firmados entre Portugal e Espanha, com a benção do papa, garantiram a posse da região do litoral catarinense, em que a ilha se situa, como parte integrante do *império* português. Logo, ela foi mais uma localidade que passou a ser incluída nas malhas do império marítimo filiforme criado pelo reino de Portugal. Essa entidade geopolítica era dada ao domínio de circuitos comerciais, fazendo isso com o controle de uma rede de bases mercantis. Portanto, o território que futuramente veio a ser chamado de Florianópolis estava, já nos anos iniciais do século XVI, envolto em um contínuo transporte de mercadorias<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> OLIVEIRA, 2020, p. 4-14

<sup>11</sup> MORAES, 2011, p. 73

<sup>12</sup> Ibid. p. 145

Por um sem-número de razões a instituição geopolítica filiforme entendida como império português, dada ao controle de rotas mercantes marítimas, começou a se materializar nas interlândias do continente americano. Durante esse processo a Ilha de Santa Catarina não perdeu sua importância para as malhas comerciais da economia-mundo europeia, mas as relações entre os agentes coloniais e as sociedades indígenas que habitavam nesse território se alteraram de maneira considerável. Ao longo do desenrolar desses acontecimentos a escravidão ganhou força como regime de trabalho na América portuguesa. Suas estruturas são tão marcantes para os períodos colonial e imperial brasileiros que muitas obras clássicas da historiografia nacional são dadas a debatê-las com afinco. Grandes nomes podem ser encontrados nessa discussão como Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala* (1963), Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1995), Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia* (1997) e Fernando Novais em *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* (1986). Contudo, os autores citados, que além de clássicos são entendidos como interpretes do Brasil, responsáveis por edificar uma ideia de país, debruçaram-se, de forma majoritária, sobre a escravização de africanos e a sua influência na construção do espaço atlântico. No contexto da segunda metade do século XVI e durante todo o século XVII a escravização de indígenas, advinda das atividades de apresamento sertanistas, foi um fator constitutivo das relações entre colonizadores e povos originários no litoral catarinense. A prática de “resgates” junto aos Guarani englobou não só a Ilha de Santa Catarina, mas compôs uma rede que abarcou todo o Brasil meridional<sup>13</sup>.

Adentrando ao século XVIII, principalmente a partir de sua terceira década, a coroa portuguesa começou a lançar mão da posição geograficamente estratégica da Ilha de Santa Catarina para consolidar militarmente suas possessões marítimas e continentais entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata<sup>14</sup>. Mais um aspecto que demonstra a imbricação entre a ilha catarinense e a geopolítica mundial é que a solidificação da utilização de sua posição como defesa territorial vem no rescaldo de uma intrincada conjuntura de disputas militares entre as potências europeias por territórios coloniais. A Guerra de Sucessão ao trono espanhol, ocorrida entre os anos de 1703 e 1712, respaldou uma ação ainda mais agressiva dos corsários franceses no cenário atlântico. A tentativa de invasão ao Rio de Janeiro por Jean-François Duclerc, em 1710, e a bem-sucedida invasão realizada na mesma cidade por René Duguay Trouin são exemplos das ameaças militares que Dom João V teve de enfrentar entre os anos de 1706 e 1750<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> MONTEIRO, 1992, p. 478

<sup>14</sup> SILVA, 2008, p. 11

<sup>15</sup> Ibid. p. 40

Um pedacinho de terra nem tão perdido no mar assim: uma análise da participação da Ilha de Santa Catarina na economia-mundo europeia (1747-1778) – José Antônio Alves

O interesse de outros Estados europeus no local fica patente até mesmo pela produção cartográfica da época, como se pode observar nas figuras 1 e 2. Na imagem exposta pela figura 1 estão detalhadas as posições das casas, construções e fortificações que podiam defender a Ilha de Santa Catarina. Sendo um objeto produzido no idioma espanhol ele é capaz de demonstrar toda uma elaboração de conhecimento dentro da lógica da Espanha imperial acerca do lugar mapeado. Já por meio do estudo da figura 2, um mapa de Amédée François Frézier datado do início do século XVIII, se consegue analisar o interesse francês pelo local, pois além de estar nessa língua a carta tenta evidenciar, de forma mais detalhada que a anterior, as linhas náuticas, visando facilitar a navegação pela região.

**Figura 1:** Mapa das Casas, Construções e Fortificações que Envolviam o Complexo da Ilha de Santa Catarina no Século XVIII



Fonte: Library of Congress Geography and Map Division Washington, D.C. 20540-4650 USA<sup>16</sup>

Diante dos fatos mencionados nesta seção, faz-se possível perceber que a Ilha de Santa Catarina é uma personagem integrante da economia-mundo europeia desde as primeiras décadas quinhentistas. Porém, as maneiras pelas quais as malhas desse sistema de rotas mercantes tangeram o solo insular foram de grande variedade. No rastro dessa variedade também foram inúmeras as relações entre os agentes sociais no local. Aconteceram alianças entre as sociedades indígenas e os navegadores das expedições europeias, sempre pautadas pelo

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.loc.gov/resource/g5617s.br000112/?r=0.01,-0.011,0.956,0.412,0> Acesso em 11 de março de 2022.



Um pedacinho de terra nem tão perdido no mar assim: uma análise da participação da Ilha de Santa Catarina na economia-mundo europeia (1747-1778) – José Antônio Alves

intento, presente em ambos os lados, de conquistarem vantagens inerentes às suas lógicas políticas, econômicas e religiosas, dentre outras. O sistema de resgate, que promovia alianças e disputas entre sertanistas, povos originários e jesuítas, foi parte de uma conjuntura em que a economia-mundo europeia, cada vez mais, se interiorizava no continente americano, contudo, sem deixar de materializar-se em suas bases litorâneas, como era o caso da Ilha de Santa Catarina. Com o desfraldar do século XVIII a posição geográfica estratégica da ilha, estabelecida entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata, além da sua relevância para o Brasil meridional deram o tom da espacialização econômica que nela aconteceu, pois foram levadas em conta as possibilidades militares de defesa das malhas comerciais para as quais a mesma poderia corroborar. Logo, pode-se entender a ilha como “um pedacinho de terra perdido no mar”<sup>17</sup> que era, no entanto, crucial para os planos de Portugal e para toda a economia-mundo europeia nos locais próximos ao Rio da Prata.

**Figura 2:** Carta Particular da Ilha de Santa Catarina – Frézier (1712)



Fonte: Amédée François Freizer. Carte particuliere de l'Isle de Ste. Catherine: située à la Côte du Bresil par 27.d 30 de l'atitude Australe<sup>18</sup>,

### **A Ilha de Santa Catarina: sociedade e economia (1747-1778):**

<sup>17</sup> BARBOSA, Cláudio Alvim. *Rancho do Amor à Ilha*. Florianópolis: Uma Canção para Florianópolis, 1965. Disponível em: < <https://www.letras.mus.br/hinos-de-cidades/394820/>> Acesso em 12 de março de 2022.

<sup>18</sup> In: idem. *Relation du Voyage de la Mer du Sud aux côtes du Chily et du Perou, fait pendant les années 1712, 1723 & 1714*. BNL, D.S. XVIII-75.

Como visto até aqui, com o passar do século XVIII as dificuldades militares, que envolviam todo o império português, se engajavam crescentemente no cotidiano experimentado na Ilha de Santa Catarina. Exemplo disso é que, no ano de 1742, a ilha se encontrava sob o comando do Brigadeiro das Armas do rei de Portugal José da Silva Paes, um homem letrado e possuidor do título de engenheiro, além de outras honrarias militares mais e o mesmo, em sua análise da situação, deixou em evidencia a nítida necessidade de se prover uma melhor defesa do local. Ao se comunicar com o rei ele explicou que as fortalezas feitas de nada valeriam sem seres humanos que as pusessem em funcionamento, bem como conseguissem suprir as demais necessidades da região. O próprio governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, concordava com essas palavras. Ele alegou, então, que a capitania do Rio de Janeiro se achava impossibilitada de colaborar com pessoas para o suprimento das guarnições da Ilha de Santa Catarina, pois em seu regimento dispunha apenas de quatrocentos homens e com a quantidade de pessoas que habitavam a ilha “nem as fortalezas se podiam aumentar com vantagem nem a ilha cultivar, e pôr em abundância”. Após ásperas defesas como essas o projeto de colonização passou a ganhar força junto à corte portuguesa e teve o início da sua implementação efetiva em 1748<sup>19</sup>.

Os primeiros imigrantes, vindos dos Açores, mais propriamente da Ilha Terceira, chegaram ao porto da Ilha de Santa Catarina em 6 de janeiro de 1748, tendo feito a travessia atlântica em dois grupos. O número é estimado em oitenta e cinco *casais*, o que poderia significar, para as concepções da época, não só marido e mulher, mas também filhos, e, por vezes, parentes próximos e agregados. Eles foram recebidos na ilha pelo governador José da Silva Paes que, segundo a Provisão Régia de 9 de agosto de 1747, deveria auxiliá-los com os “alojamentos, rações alimentares, sementes, ajuda de custos, animais, utensílios, ferramentas e terras, bem como estabelecer a forma de organização das povoações”. Alguns cálculos indicam que entre 1748 e 1756 uma quantidade de seis mil colonos açorianos e cinquenta e nove madeirenses aportaram na Ilha de Santa Catarina. Entretanto, nem tudo correu como o planejado, pois os administradores do lugar não possuíam formas para subsidiar as promessas da Provisão supracitada e, em outros casos, aos colonos recém-chegados não interessava cumprir todas as determinações que lhes foram implicadas<sup>20</sup>.

Embora José da Silva Paes tenha sido de grande importância na elaboração do projeto de colonização da ilha, os governadores locais que realmente coordenaram as etapas de

---

<sup>19</sup> SILVA, 2008, p. 166-169

<sup>20</sup> Ibid. p. 171-172

Um pedacinho de terra nem tão perdido no mar assim: uma análise da participação da Ilha de Santa Catarina na economia-mundo europeia (1747-1778) – José Antônio Alves

alocação dos imigrantes foram Manuel Escudeiro Ferreira de Souza, que governou entre os anos de 1749 e 1753, e José de Mello Manoel, que governou entre 1753 e 1762. O primeiro começou sua carreira militar em Portugal chegando, em 1728, ao posto de Coronel de Infantaria, anteriormente já havia sido nomeado governador do Castelo de São João Batista, na Ilha Terceira dos Açores e possuía as condecorações de Cavaleiro da Ordem de Cristo e do Hábito da Ordem de Cristo, ambas concedidas em 1719. Entre seus maiores feitos no comando da ilha estão a colonização do litoral catarinense em lugares próximos à ela como, por exemplo, São Miguel, Enseada de Brito, São José, Palhoça, Paulo Lopes e Garopaba, além de ter iniciado as obras da igreja Matriz em Desterro no ano de 1750<sup>21</sup>. Já o segundo era descendente da família dos Condes de Atalaia e obteve o foro de Moço Fidalgo em 1724. Capitaneou alguns navios portugueses como o Nossa Senhora da Piedade, em 1723, o Nossa Senhora da Vitória, em 1738, e o Nossa Senhora do Monte Alegre, em 1748, além de ter servido na Índia. Coube a ele cumprir, de forma imediata, a ordem de expulsar os jesuítas da Ilha de Santa Catarina, além de ter tornado obrigatório o plantio de algodão e concluído a igreja Matriz do Desterro<sup>22</sup>.

**Figura 3:** Dados Populacionais Levantados pelo Governo da Ilha de Santa Catarina Entre 1739 e 1806

	1739 <sup>351</sup>	1753 <sup>352</sup>	c.1756 <sup>353</sup>	1796 <sup>354</sup>	1803 <sup>355</sup>	1805 <sup>356</sup>	1806 <sup>357</sup>
<b>Ilha de Santa Catarina</b>	> 900	4.820	4.584	9.160	11.144	10.599	11.016
N. S. do Desterro		4.317	2.649	3.757	4.613	5.694	4.223
N. S. da Conceição da Lagoa		503	565	1.916	2.499	2.456	2.496
N. S. das Necessidades de S. Antônio		-	1.370	2.447	2.901	2.449	2.914
N. S. da Lapa do Ribeirão		-	-	1.040	1.131	?	1.383
<b>N. S. do Rosário da Enseada de Brito</b>		172	212	1.091	1.315	1.379	1.393
São José		503	533	2.091	2.192	2.656	2.833
São Miguel (e Ganchos)		441	481	2.758	3.475	3.498	3.339
<b>Soma das 7 freguesias/distritos pertencentes a vila do Desterro</b>		5.936	5.810	15.100	18.126	18.132	18.581
Vila de N. S. da Graça do Rio de S. Francisco	?	?	2.299	4.453	?	5.293	5.485
Sant'Ana (Vila Nova)		312	382	1.109	?	?	1.617
Vila de S. A. dos Anjos da Laguna	?	234	557	3.203	?	5.684	4.479
<b>Soma</b>		<b>6.482</b>	<b>9.048</b>	<b>23.865</b>	<b>?</b>	<b>29.109</b>	<b>30.162</b>
Militares da tropa paga	?	138	?	1.027	?	?	?
<b>Total</b>	<b>?</b>	<b>6.620</b>	<b>?</b>	<b>24.892</b>	<b>?</b>	<b>?</b>	<b>?</b>

Fonte: SILVA, Augusto da. *A Ilha de Santa Catarina e sua terra firme: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008, p. 187.

<sup>21</sup> MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia Manuel Escudeiro Ferreira de Souza. 2020. Disponível em: <[http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1339-Manuel\\_Escudeiro\\_Ferreira\\_de\\_Souza](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1339-Manuel_Escudeiro_Ferreira_de_Souza)>. Acesso em: 12 de março de 2022.

<sup>22</sup> MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia José de Mello Manoel. 2020. Disponível em: <[http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1113-Jose\\_de\\_Mello\\_Manoel](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1113-Jose_de_Mello_Manoel)>. Acesso em: 12 de março de 2022.

Os dados avistados na figura 3 denotam um crescimento populacional na Ilha de Santa Catarina bastante expressivo entre os anos de 1739 e 1796. Além do programa de colonização organizado pelo Estado português podem se apontar aspectos como os contingentes militares de primeira e segunda linha que foram transferidos para a ilha nas décadas de 1760 e 1770, bem como a entrada de escravizados africanos a partir da metade do século XVIII. Ainda que não se possa precisar em números, sabe-se que a presença africana era crescente no local nessa época, pois não só os colonos, em suas pequenas e médias propriedades agrícolas, passavam, de maneira ainda mais intensa, a lançar mão da propriedade escrava como também as armações baleeiras. No ano de 1750 a armação da Piedade funcionava à base de 107 escravizados, todos africanos. Alguns documentos da época também podem atestar a presença de indígenas e “mulatos”, porém sem dar a dimensão de quantos eram ou mesmo se tinham como estatuto *livres, libertos* ou *escravos*<sup>23</sup>.

Portanto, pode-se afirmar que durante o período aqui recortado (1747-1778) a sociedade da Ilha de Santa Catarina passou por um considerável incremento populacional. Desde as motivações de defesa militar e geração de riqueza por meio da região, encontradas nos anseios de José da Silva Paes já em 1742, até a chegada dos contingentes militares de primeira e segunda linha nas décadas de 1760 e 1770, somados ao adensamento do número de escravizados no lugar faz-se possível inferir que o número de agentes sociais em solo insular basicamente triplicou, na pior das hipóteses. A construção de fortalezas se mostra realmente central para esse tempo, como faz-se visível na troca de cartas entre Francisco Xavier de Mendonça Furtado, secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, e o provedor da Fazenda Real que tinha a ilha sob sua jurisdição, em que eles demonstram preocupações com a gestão das edificações das fortificações:

Sendo presente a S. Mag.<sup>de</sup> a Carta de V m.<sup>ce</sup> de 20. de Março do anno proximo passado, em que Reprezena, ter mostrado a experiencia o quanto prejudicial hé o darem-se obras a jornal, o que não obstante o Governador dessa Ilha o praticara nas que se faziaõ nela: foi o mesmo senhor servido ordenar ao dito Governador que as que se fizerem daqui em diante se arrematem publicamente na conformidade do Regimento das Fortificaçoens, que Remeto a V m.<sup>ce</sup>, observando-se este em tudo o que for applicavel a cada huma das ditas obras: o que V m.<sup>ce</sup> executar pela parte que lhe toca<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> SILVA, 2008, p. 185-188

<sup>24</sup> AHU\_ACL\_CU\_ORDENS E AVISOS PARA A NOVA COLÓNIA DO SACRAMENTO E SANTA CATARINA, Cod. 498. Disponível em: <<https://digitarq.ahu.arquivos.pt/viewer?id=1119506>> Acesso em: 08 de dezembro de 2021.

O documento demonstra que no ano de 1760 as fortificações das defesas da Ilha de Santa Catarina estavam na pauta dos altos escalões do Estado português. Denota-se, também, uma preocupação com a melhor forma de se fazer esse tipo de trabalho, tendo o secretário de Estado da Marinha e do Ultramar deixado claro que esse tipo de obra deve ser feito através de arrematações públicas e não mediante o pagamento de jornais. Contudo, não só as construções militares ocupavam as comunicações entre a ilha e a corte. Na conversa entre José de Mello Manoel e Thomé Joaquim da Costa Corte-Real, secretário de Estado dos Negócios da Marinha, assuntos como o pagamento dos soldos e questões envolvendo as tropas das guarnições que protegiam a ilha faziam parte da agenda. Em resposta à duas cartas, uma delas enviada no dia 10 de novembro de 1756 e a outra em 14 de junho de 1757, remetidas por José de Mello Manoel aos seus superiores o secretário apontou as seguintes temáticas:

A S. Mag.<sup>de</sup> foi presente a Carta de V m.<sup>ce</sup> de 10. de Novembro de 1756. e 14. de Junho do anno proximo passado e o mesmo senhor foi servido tomar sobre os diferentes negócios, que nella se contem, as Resoluçoens, que vou participar a V m.<sup>ce</sup>. Primeiramente, quanto ao pagamento dos soldos, que se estão devendo a V m.<sup>ce</sup>, e as Tropas da Guarnição dessa Ilha, e dos ordenados dos filhos da Folha: Foy S. Mag.<sup>de</sup> servido dar a competente providencia, ordenando ao Provedor da Fazenda Real dessa Ilha, que arrecadando exacta, e cuidadosamente em todos os annos a importancia dos dizimos dos gados, e mais productos pertencentes a Fazenda Real, com a consignação actual do contracto da Pescaria das Balleas, pague exacta, e cuidadosamente as Folhas Ecclesiastica, Civil, e Militar, até onde chegarem os ditos rendimentos, com preferencia à toda, e qualquer outra applicação, e sem embargo de quaes quer ordens, que sejaõ em contrario: E que fazendo Relação da falta, que achar na importancia dos referidos rendimentos para cubrirem a despeza das Folhas, passe Precatorios, que levem inserta a mesma Relação da Receita, e despeza, ao Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro; para lhe remeter annualm.<sup>te</sup> as quantias, que faltarem, na conformidade das ordens do mesmo Senhor expedidas aos respectivos Provedores da Fazenda Real, de que a estas carta vaõ juntas as copias. Em segundo Lugar, pelo que pertence ao fardamento das mesmas Tropas, Foy S. Mag.<sup>de</sup> servido ordenar ao Conselho Ultramarino, mandasse remetter na presente frota ao Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro o fardamento necessario para as Tropas daquella Capitania, e das mais que são subordinadas ao Governador, e Capitam General das mesmas Capitancias; ao qual V m.<sup>ce</sup> deve recorrer, aos cazos, que immediatamente propoem ao mesmo senhor por esta secretaria de Estado. Em 3º Lugar pelo que respeita as tres companhias, que faltaõ para se completar o numero das seis destinadas para a guarnição dessa Ilha: tem S. Mag.<sup>de</sup> ordenado ao sobre dito Governador, e Capitam General; informe sobre esta matéria. Em 4º Lugar, quanto a arribada, que a essa Ilha fes o Navio Espanhol, em que hia D. Pedro de Cevallos achou S. Mag.<sup>de</sup> regular o procedimento, que V m.<sup>ce</sup> fes praticar assim a Respeito da observancia das suas Reaes Ordens, como da recepção do referido hospede. Em 5º, e ultimo Lugar, quanto ao escandalo, que com o seu mão procedimento cauzava o Padre Domingos Pereira Telles, Vigario de huma das Igrejas dessa Ilha; o manda o mesmo Senhor participar ao Bispo do Rio de Janeiro, Recomendando-lhe, que sobre esta materia dé a prompta providencia, que hé de esperar das virtudes, e zelo do serviço de Deoz, e bem das Almas, que resplandecem naquelle digno Prelado<sup>25</sup>.

<sup>25</sup> AHU\_ACL\_CU\_ORDENS E AVISOS PARA A NOVA COLÓNIA DO SACRAMENTO E SANTA CATARINA, Cod. 498. Disponível em: <<https://digitarq.ahu.arquivos.pt/viewer?id=1119506>> Acesso em: 08 de dezembro de 2021.

Ficam patentes as diversas preocupações com a vestimenta e as formas de manutenção das tropas, além da necessidade de se completar o efetivo militar de defesa da ilha, que na época deveria ser de seis companhias das ordenanças, mas possuía apenas três. As relações entre o Estado e a Igreja também podem ser exploradas através do “escândalo” que envolveu o padre Domingos Pereira Telles. Havia, ao que parece, o poder para os atores estatais intervirem nas situações e, até mesmo, se relacionarem com os mais altos escalões do clero para resolver os possíveis problemas. Todavia, não se pode deixar passar a “arribada” feita ao navio espanhol em que estava Dom Pedro de Cevallos. Pela datação das cartas esse fato ocorreu aproximadamente em meados dos anos 1750, por volta de 1756. O comportamento de José de Mello Manoel ao abordar o navio e fazê-lo aportar na ilha para fiscalizá-lo foi bem quisto pelos seus superiores, o que aclara uma forte posição defensiva das autoridades portuguesas para com embarcações de outras nações. Essa posição, no entanto, não se mostraria injustificada alguns anos depois, mais precisamente no dia 23 de fevereiro de 1777, quando Dom Pedro de Cevallos, que acabara de ser nomeado vice-rei, governador e capitão general das Províncias do Rio da Prata, desembarcou na Ilha de Santa Catarina encabeçando uma frota composta por, aproximadamente, uma centena de embarcações e nove mil homens. A ocupação espanhola na ilha perdurou por cerca de um ano e quatro meses. A operação fazia parte dos planos da coroa espanhola de dominar os territórios ao norte do Rio da Prata, porém essa pretensão havia sido posta em xeque em 1776, quando Portugal reconquistou os territórios do Rio Grande de São Pedro<sup>26</sup>.

Não se deve, porém, imaginar que o papel estratégico da ilha catarinense se evidencia apenas no caráter militar do contexto em que a mesma estava envolta. Ela fazia parte de um cenário de disputas dos projetos colonialistas que buscavam, com a instalação de bases político-militares, o estabelecimento de grandes produções manufatureiras, principalmente nas armações de caça de baleias – item que também aparece na carta acima – com a intenção de assim ligar a região a economia-mundo europeia e torná-la uma partícipe ainda mais importante do processo de acumulação primitiva de capitais na Europa<sup>27</sup>. Portanto, não há exagero em dizer que o domínio da Ilha de Santa Catarina era central, tanto militar quanto economicamente, para os planos de qualquer potência colonial que visasse materializar seus empreendimentos entre a cidade do Rio de Janeiro e o Rio da Prata.

---

<sup>26</sup> SILVA, 2013, p. 01

<sup>27</sup> OLIVEIRA, 2005, p. 08

Sabe-se que a intenção do processo de povoamento do local com imigrantes açorianos era garantir não só a defesa territorial, mas também um funcionamento econômico autossustentável, que incorreria em benefícios mercantis à coroa portuguesa<sup>28</sup>. No tocante à produtividade econômica da ilha destacaram-se, para Walquíria Krüger Corrêa (1999), as agro-manufaturas como, por exemplo, engenhos de farinha, de açúcar e alambiques. Ela também escolheu como destaque para o período o acelerado desenvolvimento do artesanato doméstico com fiação manual e a tecelagem do algodão para a confecção de roupas e rendas, além da produção de móveis, louças de barro e outras ferramentas mais.

No espaço-tempo aqui estudado foram encontradas muitas iniciativas e esforços das autoridades portuguesas para introduzir a cultura de diversos itens economicamente valorizados nos meios de produção da ilha. Uma provisão de 9 de agosto de 1747, por exemplo, visava fazer do trigo uma importante fonte de renda local, garantindo dessa planta a cada *casal* dois alqueires de sementes. Contudo, os resultados obtidos ficaram longe dos desejados, tanto é que José de Mello Manoel informou, em novembro de 1753, a Diogo de Mendonça Corte-Real, então secretário de Estado dos Negócios da Marinha, que o trigo não estava rendendo o esperado e afirmou que esse foi o “motivo por que se tem abandonado esta sementeira”. Já outro artigo agrário passava, na mesma época, a ganhar espaço na economia ilhéu. Era o caso da mandioca. Esse produto fez da Ilha de Santa Catarina ativa no abastecimento de farinha de mandioca para os mercados do Atlântico sul. Uma Provisão régia de 31 de dezembro de 1754 autorizou a ilha a ser a fornecedora de farinha para as tropas do Rio Grande. A produção do artigo aumentou de maneira contumaz, transformando o cenário da região com os paquetes e sumacas que, periodicamente, levavam os carregamentos de farinha da ilha para a vila do Rio Grande, mas também para os armazéns reais do Rio de Janeiro. É conhecido o fato de que a farinha ali produzida chegou, inclusive, aos portos da Bahia e de Pernambuco<sup>29</sup>. Para auxiliar na construção de uma melhor compreensão da dimensão geoespacial do alcance da farinha produzida na Ilha de Santa Catarina foi feito o mapa da figura 4.

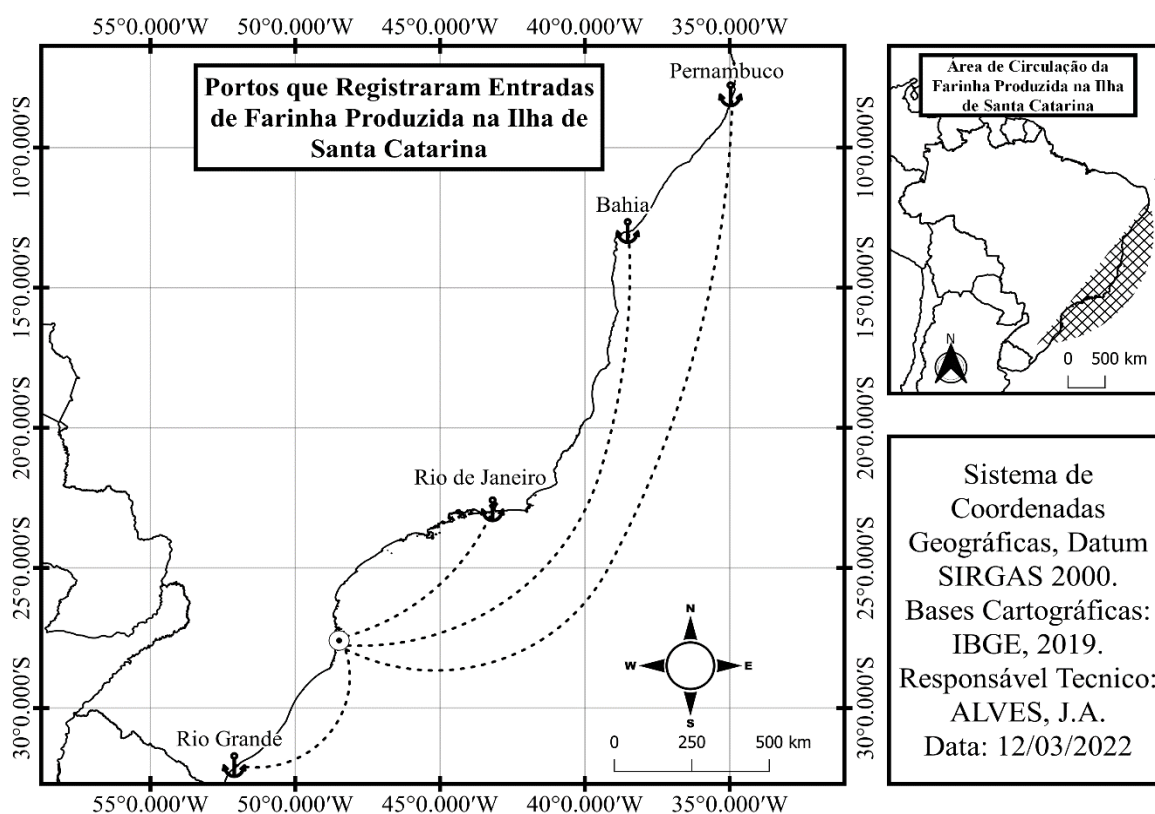
**Figura 4:** Área de Circulação da Farinha Produzida na Ilha de Santa Catarina

---

<sup>28</sup> SILVA, 2013. 188

<sup>29</sup> Ibid. p. 189-190

Um pedacinho de terra nem tão perdido no mar assim: uma análise da participação da Ilha de Santa Catarina na economia-mundo europeia (1747-1778) – José Antônio Alves



Fonte: SILVA, Augusto da. *A Ilha de Santa Catarina e sua terra firme: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008, p. 189-190.

Outro artigo deveras importante nessa conjuntura era o algodão. Em abril de 1754, por meio de um despacho governamental, os moradores da ilha catarinense e do seu continente estavam obrigados a plantarem cem árvores de algodão para cada montante de cinquenta braças de terras lavradas e cultivadas com outros produtos. Tal iniciativa foi amplamente corroborada pelo rei em sua Provisão de 10 de outubro de 1754. Isso serviu de combustível para que os teares se aglomerassem pelos sítios da região. A produção algodoeira ilhéu se organizava em pequenas unidades, geralmente dirigidas por mulheres e o resultado final da mesma destinava-se ao suprimento dos mercados locais e regionais<sup>30</sup>.

Mais uma atividade indispensável para a vida econômica da Ilha de Santa Catarina nesse momento era a caça às baleias. Os dízimos arrecadados pelos cofres do Estado a partir dessa prática produtiva foram entendidos como parte das maneiras de pagar as folhas eclesiásticas, civis e militares nas cartas trocadas por José de Mello Manoel e Thomé Joaquim da Costa Corte-Real entre os anos de 1756 e 1760. O negócio baleeiro era capaz de proporcionar vultuosos lucros aos comerciantes portugueses, porém os demais moradores da ilha não passavam de

<sup>30</sup> Ibid. p. 190-191



meros espectadores da atividade, como afirmou o navegador francês Conde de La Pérouse em sua estadia em solo ilhéu. Os arrematantes dos contratos realmente não eram moradores da ilha e nem lá aplicavam seus lucros. Estavam todos muito mais engajados em outros setores da economia-mundo europeia. Faz-se importante observar que, mesmo que o acúmulo de capital não estivesse centrado na Ilha de Santa Catarina, os negócios baleeiros movimentavam toda a sociedade local e deram propulsão à produção de diversos outros itens. O azeite extraído das carcaças dos cetáceos adentrava aos jogos das trocas, era enviado para o Rio de Janeiro e de lá ganhava o Atlântico sul<sup>31</sup>.

Não cabe a este estudo julgar, de forma comparativa, o valor da participação da Ilha de Santa Catarina no quadro mais amplo dos jogos das trocas do comércio colonial ou mesmo da economia-mundo europeia, mas cabe sim, aqui, ressaltar que a mesma tinha importância em tal processo e era peça central para possibilitar a materialização de qualquer empreitada mercantil entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata. Em tal contexto a vida econômica do lugar se organizou imbricada ao mundo externo e ao comércio marítimo. Logo, as pequenas propriedades agrícolas, pesqueiras ou fabris que produziam artigos como, por exemplo, farinha, milho, arroz, trigo, feijão, favas, cevada, aguardente, melado, açúcar, cebola, algodão, linho, café, fumo, tabuados e peixes se voltavam para o abastecimento local, mas também para o comércio marítimo<sup>32</sup>.

## Conclusão

Diante dos fatos analisados pode-se perceber que a Ilha de Santa Catarina teve seus primeiros contatos com a economia-mundo europeia ainda nos primórdios do momento em que, em sua fase expansionista atlântica, a mesma chegou nas Américas. Das experiências de navegadores europeus como Cabeza de Vaca sabe-se que durante boa parte do século XVI a ilha era um ponto central na trajetória de quem buscava o Rio da Prata. As múltiplas formas das relações de troca que existiam com os ameríndios do local começaram a inserção da Ilha de Santa Catarina nos jogos das trocas da economia-mundo europeia. Durante os anos finais do século XVI e todo o século XVII as malhas das redes dos jogos das trocas mudaram as formas como se espacializaram em solo ilhéu. A lógica dos relacionamentos entre as sociedades indígenas e os colonizadores sofreu alterações, com a ampla adoção da escravização de seres humanos. Geralmente quando se fala nessa temática são abordadas tão somente as experiências

---

<sup>31</sup> Ibid. p. 197-198

<sup>32</sup> Ibid. p. 192-193

Um pedacinho de terra nem tão perdido no mar assim: uma análise da participação da Ilha de Santa Catarina na economia-mundo europeia (1747-1778) – José Antônio Alves

dos africanos escravizados que foram dragados pela economia capitalista insurgente em direção ao trabalho compulsório na América portuguesa. No entanto, a escravidão indígena foi um dos principais veículos da materialização do jogo das trocas no Brasil meridional ao longo do seiscentos. O clarear do século XVIII e as diversas disputas militares que envolveram os Estados europeus acentuaram a importância militar estratégica da ilha para os planos do império português na região entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata.

O que se verificou no panorama da Ilha de Santa Catarina entre os anos de 1747 e 1778 está totalmente imbricado com esse cenário das disputas militares das grandes potências coloniais. Foi um período no qual se empreitou um grande programa de colonização para o local, buscando fortalecer suas defesas, mas também dinamizar sua economia. As conversas entre os administradores da ilha e os representantes do alto escalão do governo português constantemente traziam informações sobre preocupações militares como o pagamento das folhas dos membros das companhias das ordenanças, a necessidade de se aumentar o contingente deles e a edificação de fortalezas. A abordagem feita ao navio espanhol em que viajava Dom Pedro de Cevallos é outra amostragem das tensões militares que rondavam o lugar. Tanto que no final do período estudado o mesmo Dom Pedro de Cevallos chegou a invadir a ilha com um grande número de homens e embarcações. Já no campo da produção econômica o que predominou no contexto ilhéu foram os artigos necessários para o abastecimento local e de algumas importantes cidades da América portuguesa como o Rio de Janeiro. No entanto, o lugar não ficou ao largo dos grandes empreendimentos capitalistas da época, como era o caso das armações baleeiras.

Portanto, fazendo um jogo de escalas entre a Ilha de Santa Catarina, o complexo colonial português em solo americano e a economia-mundo europeia torna-se possível afirmar que a ilha ocupava uma posição periférica nas malhas das redes dos jogos das trocas. Todavia, ela prestou importantes contributos à acumulação primitiva de capitais no período aqui trabalhado, pois se a mesma foi periférica ao se olhar as grandes escalas, essa porção insular de terra também se consolidou como uma das protagonistas nos planos dos Estados europeus de explorarem o Brasil meridional. Por conseguinte, isso demonstra a necessidade de se estudar espaços que não estão nos lugares centrais ou semiperiféricos dos circuitos econômicos mundiais, além de auxiliar a preencher questões lacunares no conhecimento historiográfico acerca do período colonial brasileiro.

## Referências

Um pedacinho de terra nem tão perdido no mar assim: uma análise da participação da Ilha de Santa Catarina na economia-mundo europeia (1747-1778) – José Antônio Alves

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: os jogos das trocas, volume 2*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

CONRAD, Sebastian. *O que é história global?* Lisboa: Edições 70, 2019.

CORRÊA, Walquíria Krüger. *Considerações sobre a formação territorial e econômica de Santa Catarina*. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 25-44, jan./jun. 1999.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala [1933]*. Brasília: Ed. UNB, 1963.

HARLEY, John Brian. *La nueva naturaleza de los mapas*. México, FCE: 2005.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Annablume, 2011.

MONTEIRO, John Manuel. *Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII*. In CUNHA, Manuela C. (org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. *Conflito e Governo na Segunda Metade do Século XVIII: A invasão espanhola na capitania de Santa Catarina em 1777*. Londrina: ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, 2005.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *História e Cartografia dos Patos: conexões globais e dinâmicas continentais – séc. XVI*. In MAMIGONIAN, Beatriz e SAYÃO, Thiago (orgs.). **Revisitar Laguna: o sul do Brasil na História Atlântica**. Florianópolis: Edufsc, 2020.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia [1942]*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

PAUL, Herman. *Historicismo fraco: sobre hierarquias de virtudes e de metas intelectuais*. **História da Historiografia**. n. 12, p. 25-42, agosto de 2016.

REVEL, Jacques. *A História ao Rés-do-Chão*. In: A herança imatereial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SILVA, Augusto da. *A Ilha de Santa Catarina e sua terra firme: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Augusto. *A vergonha de 1777: história e historiografia luso-brasileira da ocupação espanhola da Ilha de Santa Catarina*. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

Um pedacinho de terra nem tão perdido no mar assim: uma análise da participação da Ilha de Santa Catarina na economia-mundo europeia (1747-1778) – José Antônio Alves

SOUZA, Laura de M. e. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização, século XVI ao XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. *Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.